

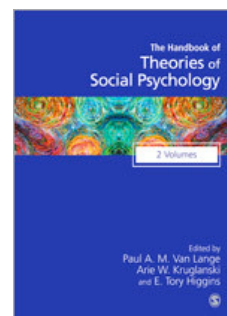
Como citar este texto (arquivo atualizado em 2021)

RATEAU, Patrick; MOLINER, Pascal; GUIMELLI, Christian; ABRIC, Jean-Claude. Teoria das Representações Sociais. Tradução: Claudia Helena Alvarenga. In: Van Lange, P. A. M.; Kroganski, A. W.; Higgins, E. T. (Org.). **Handbook of theories of social psychology**, v. 2. London: SAGE, 2012. p. 477-497. Título original: Social Representation Theory. Tradução não publicada, somente para uso escolar.

## HANDBOOK OF THEORIES OF SOCIAL PSYCHOLOGY

VOLUME TWO

Paul A M Van Lange	VU University Amsterdam, Netherlands	
Arie W Kruglanski	University of Maryland-College Park, USA	
E Tory Higgins	Columbia University	
2012	568 pages	SAGE Publications Ltd



# Teoria das Representações Sociais

Patrick Rateau, Pascal Moliner, Christian Guimelli e Jean-Claude Abric

## RESUMO

Como herança de uma forte tradição sociológica francesa, a teoria das representações sociais, elaborada por Serge Moscovici, no início dos anos 60, tornou-se uma das principais teorias da psicologia social. Essencialmente europeia no princípio, rapidamente reuniu um grande número de pesquisadores e praticantes em todo o mundo, sobretudo na área da psicologia social, mas também em todas as outras ciências sociais. Estes pesquisadores viram esta teoria como uma estrutura conceitual flexível que nos possibilita entender e explicar a maneira que indivíduos e grupos elaboram, transformam e comunicam suas realidades sociais. Eles também encontraram nos diferentes desenvolvimentos desta teoria um vasto aparato de métodos e ferramentas, diretamente aplicáveis à análise de uma extensão ampla de questões sociais. Prestando-se tanto a abordagens qualitativas como a aplicações experimentais, os estudos se multiplicaram por diferentes linhas. Aqueles que têm por objetivo fazer conexões entre processos de representações sociais e outros processos classicamente estudados no campo da cognição social parecem ser os mais promissores em termos do desenvolvimento futuro da teoria. Este capítulo se direciona a uma tradição antiga de pesquisa, cobrindo um período de, aproximadamente, 100 anos de pesquisa, desde 1893 até 2010.

## INTRODUÇÃO

### *Uma teoria do senso comum*

De muitos modos, a psicologia social é o estudo da realidade social. Isto quer dizer que lida com explicações para as quais recorreremos, automaticamente, a fim de explicar e entender o mundo ao nosso redor. De fato, cada um de nós deseja dar sentido aos eventos, comportamentos, ideias e trocar com outros, e busca encontrar ao redor certa coerência e estabilidade. Cada um de nós busca explicar e entender o entorno a fim de torná-lo previsível<sup>1</sup> e mais controlável. Ainda assim, este ambiente é composto de inúmeras situações e eventos, e uma multiplicidade de indivíduos e grupos. Ao mesmo tempo, somos constantemente exigidos, ao longo de nossas interações cotidianas, a tomar decisões, dar opiniões neste ou naquele assunto ou explicar este ou aquele comportamento. Em suma, somos constantemente mergulhados em um ambiente onde somos bombardeados com informações e exigidos a lidar com isto. Para entender, apreender e significar este ambiente, temos que simplificá-lo para torná-lo mais previsível e familiar. Em outras

<sup>1</sup> *Predictable* pode ser traduzido como pré dizível ou previsível.

palavras, temos que reconstruí-lo à nossa própria maneira.

Mas não podemos deixar de observar que este processo de reconstrução é um processo constantemente repetido. Desde a nossa mais tenra idade, a escola, a família, as instituições e a mídia instilam em nós determinada maneira de ver o mundo e oferece-nos uma visão particular das coisas que nos circundam, apresentando-se para nós principalmente com uma construção do mundo já pronta no qual crescemos, os valores dos quais estão investidos, as categorias que o governam e os princípios em si pelos quais o compreendemos. Nossa percepção do entorno é modelada proximamente pelos grupos, pelas associações e pelos clubes dos quais fazemos parte. É, em larga medida, em nossas trocas e nossas comunicações com outros que nossa realidade do mundo em volta se forma. No curso dos nossos contatos e de nossos múltiplos envolvimento com diferentes grupos sociais, adquirimos e transmitimos conhecimentos, crenças e valores que nos permitem compartilhar uma concepção comum das coisas e dos outros. Neste sentido, esta reconstrução da realidade, esta representação da realidade é, sobretudo, social; isto é, elaborada de acordo com as características sociais do indivíduo e compartilhada pelo grupo de outros indivíduos que tenham as mesmas características.

O último ponto é importante. Nem todos os grupos sociais compartilham os mesmos valores, os mesmos padrões, as mesmas ideologias ou as mesmas experiências concretas. No entanto, todos constroem representações que são proximamente baseadas nisto. O que sucede é que as representações sociais influenciam, por um lado, a marca das pertenças sociais dos indivíduos que aderem a estas e que dão suas identidades e, por outro, permitem estes mesmos indivíduos distinguirem "outros", aqueles que não compartilham as mesmas representações e que aparecem para eles, no melhor das hipóteses, como diferentes e, no pior, como inimigos.

Para resumir, as representações sociais podem ser definidas como "sistemas de

opiniões, conhecimentos e crenças" particulares a uma cultura, a uma categoria social ou a um grupo com relação aos objetos no ambiente social. Neste estágio introdutório, parece desnecessário ir além. Neste ponto, simplesmente observaremos que com relação às representações sociais, a distinção entre as noções de "opiniões", "conhecimentos" e "crenças" é desnecessária. Evidentemente as opiniões estão mais relacionadas com o campo de tomada de posição, o conhecimento com o campo da aprendizagem, e a experiência e as crenças com o da convicção. Mas nossa experiência cotidiana mostra que para os indivíduos, há frequentemente uma confusão entre estas três áreas, especialmente, quando se fala a respeito de um objeto de cunho social. Neste efeito, observamos crenças que têm o *status* de verdades estabilizadas ou opiniões que, peculiarmente, assemelham-se a crenças, com o resultado de que as linhas divisórias entre "eu penso", "eu sei" e "eu acredito", frequentemente, tornam-se confusas. Como consequência, os conteúdos de uma representação podem ser categorizados indiferentemente como opiniões, informações ou crenças, e podemos escolher que uma representação social se encontre concretamente como um conjunto de "elementos cognitivos" relativos a um objeto social.

A primeira característica deste conjunto é o da *organização*. Este é, bem e verdadeiramente, uma estrutura, e não uma coleção de elementos cognitivos. Isto significa que os elementos que constituem uma representação social interagem com os outros. Mais exatamente, isto significa que as pessoas cooperam no estabelecimento de relações entre estes diversos elementos. Opiniões particulares são consideradas equivalentes a outras, crenças particulares são julgadas incompatíveis com informações particulares, e assim por diante.

A segunda especificidade de uma representação é a de ser *compartilhada* pelos membros de um grupo social específico. Entretanto, os consensos observados nos elementos de uma dada representação dependem, ao mesmo tempo,

da homogeneidade do grupo e da posição de seus membros para com o objeto, de modo que a natureza consensual de uma representação é, geralmente, parcial e localizada para certos elementos deste último.

A terceira característica deste conjunto reside no seu método de construção - é *coletivamente produzido* por meio de um processo mais global de comunicação. As trocas entre indivíduos e a exposição à comunicação de massa permitem os membros de um grupo compartilhar os elementos que irão constituir uma representação social. Esse processo de compartilhamento favorece o aparecimento de um consenso, ao mesmo tempo que confere validação social sobre as diversas opiniões, informações e crenças.

Finalmente, o quarto papel específico de uma representação social se relaciona a seus propósitos - é *útil socialmente*. Primeiramente, claro, com o objetivo de entender o objeto a que se refere a representação social. Representações são, acima de tudo, sistemas que permitem o entendimento e a interpretação do ambiente social. Mas, também interferem nas interações entre grupos, particularmente, quando essas interações são travadas em torno de um objeto social. Cada sociedade, como mostrou Adam Smith (1776) e Emile Durkheim (1893), orbita em torno da divisão de trabalho. Esta divisão não é apenas uma condição de coesão social, mas também uma fonte permanente de relações de dependência e poder dentro da comunidade. De fato, isto leva à diferenciação de grupos, papéis, status, profissões, castas, e assim por diante. Assim, cada um é interdependente enquanto tiver clareza a respeito de sua identidade separada. Complementaridade e diferenciação são duas operações interdependentes que são plenamente ativas nas representações. Além disso, representações sociais fornecem critérios para avaliar o ambiente social que possibilitam determinação, justificação, ou legitimização de certos comportamentos. Todos esses aspectos considerados em conjunto, é assim que Serge Moscovici

(1961) define a noção de representação em seu primeiro trabalho dirigido à imagem e à disseminação da teoria psicanalítica na França em meados do século XX. Durante o estudo da maneira pela qual uma teoria científica é transformada em teoria do senso comum, Moscovici traçou os primeiros esboços do que seria chamada, a partir de então, a teoria das representações sociais (TRS) cujo sucesso não vacilou desde então.

### ***A vitalidade das TRS***

Depois de uns 50 anos após sua introdução no campo da psicologia social, a importância da TRS é reconhecida; sem dúvida, é um movimento teórico e empírico capital. As razões para este sucesso são diversas.

Vamos começar com sua natureza interdisciplinar. Localizada na interface social e psicológica, o conceito das representações sociais é de interesse de todas as ciências sociais. Inscreveu-se no campo da sociologia, antropologia, história, geografia e economia, e estudos são realizados em suas conexões com ideologias, sistemas simbólicos e atitudes. Mas também podem ser encontrados nos campos da cognição e da linguística. A multiplicidade de relações com outras disciplinas confere um status transversal à TRS que mobiliza e conecta áreas diferentes de pesquisa. Esta natureza interdisciplinar constitui, sem dúvida, uma das contribuições mais férteis e dinâmicas feitas por este campo de estudo.

A segunda razão é a flexibilidade de sua estrutura conceitual, o que possibilita esta teoria se adaptar a várias áreas de pesquisa (comunicação, prática social, relações intergrupais etc.) e iniciar vários desenvolvimentos teóricos e metodológicos. Mas a estas razões podem ser acrescentadas outras, um ponto mais fundamental de acordo com nossa perspectiva. Como uma “teoria socialmente construída e de conhecimento compartilhado” (JODELET, 1989), a TRS é uma teoria de vinculação [ligação/coesão] social. Dá uma ideia a respeito do que, permanentemente, conecta-nos ao mundo e aos outros. Ensina, para nós, como esta ligação é construída. Neste

sentido, pode-se ver aqui uma teoria global do indivíduo social e uma maneira possível de integrar os diversos paradigmas e campos da psicologia social.

O sucesso da TRS pode ser mensurado em termos de sua vitalidade científica. De fato, desde o trabalho fundador de Serge Moscovici, inúmeros trabalhos regularmente apresentaram novos desenvolvimentos de pesquisa no campo das representações sociais. Na França este fenômeno foi marcado, especialmente, a partir dos anos 1980, quando publicações dedicadas a este tema apareceram aproximadamente a cada três anos. Foi também nos anos 1980 que a teoria começou sua rápida expansão para o exterior com a publicação e tradução de muitos livros acerca do tema para o inglês (Breakwell e Canter, 1979; Deaux e Philogène, 2001a, 2001b; Duveen, 2001; Farr e Moscovici, 1984; Moscovici, 1981, 1982, 1984, 1988, 2001a, 2001b; Mugny e Carugati, 1989).

De acordo com o censo dirigido por Vergès (1996), a TRS, com mais de 2.000 artigos, faz jus ao apelo de ser uma das teorias psicossociais mais famosas, no mesmo nível da dissonância cognitiva, que, em seus 27 anos de existência, obteve mais de 1.000 referências (Cooper e Croyle, 1984). Além disso, simpósios internacionais regulares são dedicados a ela (Ravello, 1992; Rio de Janeiro, 1994; Aix-en-Provence, 1996; Mexico, 1998; Montréal, 2000; Stirling, 2002; Guadalajara 2004; Roma, 2006; Bali; 2008; Tunis, 2010), assim como muitos periódicos e edições especiais de periódicos. Finalmente, devemos mencionar a criação de uma rede na Internet (*Social Representations and Communication Thematic Network*) reunindo pesquisadores de todo o mundo (América do Sul, Estados Unidos, Japão, Índia, Rússia etc.) e de um PhD europeu em Comunicação e Representações Sociais em 1993. Se pode-se dizer que uma boa teoria é aquela da qual “é falada”, então, a quantidade total de comunicação acerca da teoria das representações sociais confere a esta um *status* de uma teoria capital.

Finalmente, a avaliação científica da TRS pode aparecer como algo um tanto elogiosa.

No entanto, nem sempre foi assim. Ao examinarmos o desenvolvimento histórico da TRS, tentaremos mostrar como esta encontrou progressivamente seu lugar no campo da psicologia social, as diferentes orientações que a perpassam atualmente, quais conexões tem com outros importantes paradigmas psicossociais e, por fim, de que maneira constitui-se hoje uma teoria essencial para analisar e entender problemas sociais.

## UMA BREVE HISTÓRIA DA TEORIA E SEU DESENVOLVIMENTO

Depois de ter sido o fenômeno mais conhecido nas ciências sociais na França no início do século XX, a noção de representações coletivas, introduzida pelo sociólogo francês Émile Durkheim em 1898, caiu em desuso por mais de 50 anos. Foi perto do início dos anos 1960 que Moscovici renovou os estudos do conceito e despertou o interesse de um pequeno grupo de psicólogos sociais, dando vida, assim, à teoria. Eles viram na teoria a possibilidade de abordar as questões de suas disciplinas de um ângulo novo e original. (Abric, 1976; Codol, 1970; Flament, 1971). O estudo da disseminação do conhecimento, da relação entre pensamento e comunicação, e da gênese do senso comum constitui os elementos de um novo programa que tornou-se familiar desde então. Mas, entre o conceito de representações coletivas e as pesquisas contemporâneas em representações sociais, o conceito sofreu uma metamorfose grande, conferindo-lhe formas e cores diferentes. É esta história que tentaremos remontar aqui.

### *Das representações coletivas às representações sociais*

Todas as tentativas de reconstituir o passado do conceito necessariamente começam na sociologia. Simmel (1908) foi, sem dúvida, o primeiro a reconhecer a conexão entre a separação do indivíduo que distancia ele mesmo dos outros e a necessidade de simbolizar estes outros. Ele argumentou que a maneira pela qual

simbolizamos os outros modela uma ação recíproca e os círculos sociais, que se formam juntos. De um ponto de vista diferente, Weber (1921) viu as representações como uma estrutura de referência e um canal de ação para o indivíduo. Ele tentou descrever um conhecimento comum capaz de antecipar e prescrever o comportamento dos indivíduos.

Mas o verdadeiro inventor deste conceito é Durkheim (1893, 1895, 1898), na medida em que ele define seus contornos e reconhece a habilidade de explicar vários fenômenos sociais. Ele o define com uma dupla separação. Primeiro, as representações coletivas devem ser distinguidas das representações individuais. As últimas, únicas para cada indivíduo, são extremamente variáveis, ligeiras, de vida curta e constituem um fluxo permanente, em que as representações coletivas são impessoais e intocáveis pelo tempo. Segundo, as representações individuais são enraizadas na consciência do indivíduo, ao passo que as representações coletivas são sustentadas mutuamente por toda a sociedade. Tais representações são, assim, homogêneas e compartilhadas por todos os membros da sociedade. Sua função é preservar aquilo que as enlaça, para preparar e agir de uma maneira uniforme. Este é o porquê de serem coletivas, o porquê de serem transmitidas ao longo dos anos de geração em geração e o porquê de agirem para os indivíduos como fortes constritores cognitivos. Para Durkheim, o objetivo é claro: o pensamento coletivo tem que ser estudado em si próprio e para si próprio. As formas e o conteúdo das representações têm que se tornar um domínio separado com o objetivo de ser capaz de afirmar e provar a autonomia social. Para ele, esta é a tarefa da psicologia social, apesar de ainda estar em seus estágios formativos e seu propósito ainda parecer indefinido.

Entretanto, durante os anos iniciais do século XX, foi principalmente a sociologia, a antropologia e a etnologia (Lévi-Strauss, 1962; Lévy-Bruhl, 1922; Linton, 1945; Mauss, 1903) que usariam a noção de representações de uma maneira

perfeitamente descritiva para estudar diferentes representações coletivas em comunidades culturais ou étnicas. Não foi antes dos anos 1960 que, seguindo os passos de Durkheim, e baseado na psicologia infantil (Piaget, 1932) e clínica (Freud, 1908, 1922), Serge Moscovici (1961) tentou elaborar uma psicologia social das representações. Considerando que as concepções de Durkheim deixaram pouco espaço para a questão das interações entre indivíduos e coletivo, ele propôs substituir o termo “representação coletiva” por um mais restrito “representação social”. Nas palavras do autor, era para

transferir para a sociedade moderna uma noção que parecia estar reservada a sociedades mais tradicionais [em resposta à] necessidade de transformar as representações em uma ponte entre indivíduos e as esferas sociais, ao associá-las com a perspectiva de uma sociedade em mudança (Moscovici, 1989, p. 82).

Esta evolução é marcada por duas mudanças fundamentais com relação às concepções durkheimianas.

Primeiro, Moscovici considera que as representações não são produto da sociedade como um todo, mas os produtos dos grupos sociais que constroem esta sociedade. Segundo, ele enfoca nos processos de comunicação, considerados como explicativos do surgimento e transmissão das representações sociais. O primeiro ponto permite a concepção de uma mentalidade social que é sobredeterminada por estruturas sociais e também pela inserção dos indivíduos nestas estruturas, de tal maneira que diferentes representações sociais do mesmo objeto são vistos como existentes dentro de uma dada sociedade. A segunda mudança para a teoria da representação, introduzida por Moscovici, permite a concepção de que, por meio da comunicação - e os processos de influência, normalização e conformidade que a acompanham-, as crenças individuais podem ser o objeto de consenso ao mesmo tempo que as crenças coletivas podem se impor sobre o indivíduo.

Entretanto, o conceito de representação social suportou outro período de latência

antes de mobilizar o grande fluxo de pesquisa mencionado anteriormente neste capítulo. A verdadeira organização da teoria não poderia acontecer antes que muitos obstáculos epistemológicos fossem removidos, sendo o modelo behaviorista o mais amplo deles, que negou qualquer validade à consideração dos processos mentais e sua especificidade. O declínio do behaviorismo e o aparecimento de “novos olhares” nos anos 1970, seguido do cognitivismo nos anos 1980, conduziu à expansão progressiva do paradigma “estímulo-resposta” (E-R). Este desenvolvimento significou que estados psicológicos internos, concebidos como uma construção cognitiva ativa do ambiente e dependente de fatores individuais e sociais, foram reconhecidos como tendo um papel criativo no processo de elaboração do comportamento. Isto é perfeitamente expressado por Moscovici, quando ele diz que as representações determinam ao mesmo tempo estímulos e respostas, em outras palavras “que não existe linha divisória entre os universos interno e externo dos indivíduos ou um grupo” (1969, p. 9).

Essa virada de perspectivas marcou, desde os anos 1980, o desenvolvimento e aprimoramento do trabalho em representações sociais. Em um senso diagramático, também é considerado que estes trabalhos foram desenvolvidos em três grandes linhas, cada uma tentando desenvolver facetas diferentes do conceito. Uma que examina o papel regulatório das representações sociais nas interações sociais reais, outra que estuda o impacto das relações sociais na elaboração das representações sociais e uma terceira, que analisa dinâmicas representacionais e suas características estruturais, mais especificamente ligadas a condutas sociais. Estas três linhas de desenvolvimento orbitam em torno de pontos de vista não muito diferentes, como maneiras diferentes de abordar as representações sociais. Esta diversidade de orientação provém, mais provavelmente, do fato de que Moscovici, ele próprio, propôs definições diversas das

representações sociais, todas elas sendo complementares.

Estas são as razões múltiplas para esta flexibilidade. Antes de tudo, a pesquisa não é limitada por ser acercada dentro de uma estrutura teórica rígida e estreita. Segundo, permite que o estudo das representações sociais se situe dentro da estrutura de um paradigma, uma linha de pensamento e uma ferramenta estruturante do conhecimento, em vez de dentro de uma estrutura teórica estabelecida e intolerante. Finalmente, a realidade das representações sociais é tal que suas definições podem variar de acordo com a perspectiva do pesquisador. Podemos, então, estudá-las em seu surgimento e no seu papel como reguladora da interação social e das comunicações, do ângulo de sua estrutura interna ou mesmo de suas conexões com as relações sociais. Vamos, agora, apresentar brevemente essas três perspectivas.

### ***Orientações da TRS***

#### ***O modelo sociogenético***

Quando modelou esta teoria, Moscovici (1961) queria principalmente propor uma descrição da gênese e do desenvolvimento das representações sociais. Segundo ele, o surgimento de uma representação social sempre coincide com o aparecimento de uma situação sem precedentes, um fenômeno desconhecido ou um evento incomum. Esta nova natureza do objeto sugere que a informação a respeito deste seja limitada, incompleta ou espalhada amplamente por todos os diferentes grupos sociais envolvidos com o surgimento deste objeto (o que Moscovici chama de *dispersão da informação*). Este novo objeto desperta preocupação e vigilância ou perturba o curso normal das coisas. Assim, motiva uma intensa atividade cognitiva para compreendê-lo, controlá-lo ou mesmo defender-se dele (fenômeno da *pressão à inferência*), e causa uma multiplicidade de debates e de comunicação interpessoal de massa. Como resultado, informações, crenças, hipóteses ou especulações são compartilhadas, gerando o aparecimento de posições majoritárias em grupos sociais

diferentes. Este surgimento é facilitado pelo fato de que os indivíduos lidam com informações acerca do objeto ou da situação seletivamente, focalizando aspectos particulares conforme suas expectativas e as orientações do grupo (fenômeno da *focalização*).

O surgimento gradual de uma representação ocorre espontaneamente e fundamenta-se em três tipos de fenômenos: a dispersão da informação, enfoque e pressão para fazer inferências. Mas esses fenômenos em si são desenvolvidos na base de dois processos principais, definidos por Moscovici: *objetivação e ancoragem*.

A *objetivação* se refere à maneira pela qual um novo objeto, por meio da comunicação acerca dele, será rapidamente simplificado, imaginado e diagramado. Por meio do fenômeno da construção seletiva, características diferentes do objeto são retiradas do contexto e ordenadas segundo critérios culturais (todos os grupos não têm o mesmo acesso à informação relativa ao objeto), critérios normativos (somente o que está de acordo com o sistema de valores do grupo é retido). Os diferentes aspectos do objeto são, assim, separados do campo a qual pertencem para serem apropriados pelos grupos que, ao projetá-los dentro de suas próprias realidades, podem controlá-los mais facilmente. Estes elementos selecionados formam juntos o que Moscovici chama de um *núcleo figurativo*, ou seja, uma visualização coerente que reproduz o objeto de uma maneira seletiva e concreta. Ao penetrar o corpo social por meio da comunicação, pela generalização coletiva, esta simplificação do objeto substitui a realidade dos objetos e é “naturalizado”. Uma representação é, assim, criada e adquire um status “óbvio”. Como tal, é uma “teoria independente” do objeto que servirá como base para os julgamentos e comportamentos orientados na direção dele.

Neste sentido, Moscovici, enquanto estudava o aparecimento da representação da psicanálise na sociedade francesa, observou a aparição de um núcleo figurativo composto de quatro partes: o consciente, o inconsciente, repressão e complexos. Estes elementos são completamente extraídos de

seus contextos teóricos originais. Eles também são naturalizados no sentido de que os indivíduos não os consideram como noções abstratas, mas como concretas e elementos observáveis do aparato psíquico. Daí, advém a possibilidade de comunicar a respeito da psicanálise além de sua estrutura conceitual, de reconhecer categorias de desordens e sintomas (o complexo de superioridade, modéstia, o lapso, repressão inconsciente, atos subconscientes etc.) e categorias diferentes de pessoas (o complicado, o reprimido, o neurótico etc.).

A *ancoragem* completa o processo de objetivação. Corresponde à maneira que um objeto encontra seu lugar num sistema de pensamento individual ou grupal preexistente. Dependendo de um modo elementar de produção de conhecimento baseado em um princípio de analogia, o novo objeto é assimilado em formas que já são conhecidas e em categorias familiares, e assim por diante. Ao mesmo tempo, irá tornar-se identificado com uma rede de significados já presentes. A hierarquia de valores pertencentes a diferentes grupos constitui uma rede de significados no qual o objeto será localizado e avaliado. O objeto será, assim, interpretado de diferentes maneiras dependendo dos grupos sociais. Além do mais, esta interpretação se estende a qualquer coisa que, remotamente, refere-se a este objeto. Assim, todos os grupos sociais anexam o objeto a suas próprias redes de significados, responsáveis por suas identidades. Sendo assim, um conjunto vasto de significados coletivos é criado em torno do objeto. Nessa concepção, também, o objeto se torna um intermediário e um critério para relacionamentos entre grupos. Entretanto, e este é um ponto essencial para a ancoragem, a integração do novo objeto ao sistema de normas e valores preexistentes não pode ocorrer suavemente. Uma mistura inovadora resulta deste contato do novo e do velho, devido, tanto a integração do objeto até agora desconhecido, como a persistência do velho, o objeto novo reativando estruturas habituais do pensamento com o objetivo de incorporá-lo. Daí, segue que uma representação social sempre aparece como

inovadora e permanente, inconstante e estável.

Sobre esta base teórica geral do processo de produção de representações sociais, desenvolveu-se um campo de pesquisa amplo, iniciado, principalmente, pelo trabalho de Denise Jodelet (1989). Esta corrente de pesquisa enfoca o estudo descritivo das representações sociais como sistemas de significados que expressam as relações que os indivíduos e grupo têm com seus ambientes. Considerando que as representações nascem essencialmente pela interação e contato com discursos públicos, esta linha de pesquisa se concentra, primeiramente, na linguagem e na fala de dois pontos de vistas complementares. Representações sociais são abordadas como sendo diretamente determinadas *na* linguagem e como funcionando elas próprias *como* linguagem por seu valor simbólico e pela estrutura que fornecem para codificação e categorização dos ambientes dos indivíduos.

As abordagens do discurso e coleção de dados comportamentais, e análise chamadas monográficas e qualitativas (técnicas etnográficas, investigações sociológicas, análise histórica, entrevista em profundidade, grupos focais, análise do discurso, técnicas de associação verbal etc.) constituem a estrutura metodológica essencial para trabalhos desempenhados nesta área (ver, por exemplo, Kronberger e Wagner, 2000; Markova, 1997, 2003; Wagner, 1994; Wagner et al., 1999).

### *O modelo estrutural*

Baseado, ao mesmo tempo, no processo de objetivação de Moscovici e no trabalho de Asch a respeito de percepção social (1946), Jean-Claude Abric e Claude Flament propuseram uma abordagem conhecida como “teoria do núcleo central” (ver Abric, 1993, 2001). Esta abordagem contribuiu massivamente para esclarecer as lógicas sociocognitivas implícitas nas organizações gerais das representações sociais.

Recordemos que, à época de suas famosas observações, Asch mostrou que entre os sete traços de personalidade

sugeridos para os sujeitos como critério para avaliar a imagem de um parceiro, um deles (quente/frio) desempenhou um papel central e principal no processo estudado, visto que desempenhou um papel bem mais determinante na percepção da outra pessoa que os outros traços propostos.

Inspirado por esses resultados, Abric propôs transcender a estrutura puramente genética da ideia de núcleo figurativo ao reconhecer seu papel primordial em todas as representações estabelecidas. A base da teoria do núcleo central considera que, na imagem completa dos elementos cognitivos que compõem uma representação, determinados elementos desempenham um papel diferente de outros. Estes elementos, chamados de elementos centrais, formam uma estrutura nomeada por Abric de “núcleo central”. Esta estrutura interna das representações fornece duas funções essenciais: (a) uma função geradora de significado - é pelo núcleo central que outros elementos no campo representacional adquirem significado e valor específico para os indivíduos; e (b) uma função organizacional - é em torno do núcleo central que outros elementos da representação se organizam. E é este mesmo núcleo que determina as relações que estes elementos mantêm entre si.

Assim, como uma estrutura cognitiva provedora da criação de significados e de funções organizacionais, o núcleo estrutura, por sua vez, elementos que se referem ao objeto da representação. Estes elementos, dependentes do núcleo, são chamados “elementos periféricos”.

Como proposto por Flament (1989), em referência à teoria dos *scripts* (Schank e Abelson, 1977), estes elementos periféricos permitem que as representações operem como uma grade de descrição das situações experimentadas pelos indivíduos. Se o núcleo central pode ser entendido como a parte abstrata da representação, o sistema periférico deve ser entendido como sua parte concreta e operacional.

Afinal, de acordo com Abric, as representações sociais atuam como entidades, mas com dois componentes diferentes e complementares:



1 O sistema central estrutura os elementos cognitivos relativos a um objeto e é o fruto de determinismos sociais, simbólicos e históricos particulares aos quais diferentes grupos sociais estão expostos. Caracteriza-se por duas propriedades fundamentais. Primeiro, por uma grande estabilidade, assegurando, assim, a permanência e durabilidade da representação. Em outras palavras, o sistema central resiste a qualquer exame detalhado, de um modo ou de outro, da base geral da representação. Além disso, é onde o consenso da representação é encontrado e, assim, constitui sua base comum compartilhada coletivamente. Capacita cada membro do grupo a “ver coisas”, aproximadamente, da mesma maneira e por meio desta, a homogeneidade do grupo concernente ao objeto da representação é definida. Graças ao sistema central, os membros do grupo podem reconhecer um ao outro, mas também diferenciar-se de grupos vizinhos e, assim, em grande parte, isto contribui para a identidade social.

2 O sistema periférico, em consonância com as contingências cotidianas, possibilita que uma representação seja adaptada a vários contextos sociais. Flament atribui a este três funções essenciais:

(a) prescreve comportamento e tomada de posição, permitindo aos indivíduos saberem o que é normal ou não dizer ou fazer em uma situação dada, em face de seus propósitos.

(b) permite a personalização da representação e dos comportamentos que estão ligados a este. Dependendo do contexto, a mesma representação pode levar a opiniões interpessoais diferentes dentro de um grupo. Estas diferenças permanecem compatíveis com o sistema central, mas correspondem a uma variabilidade interna do sistema periférico.

(c) protege o núcleo central quando necessário e atua como um “amortecedor” da representação. Neste sentido, a transformação da representação social ocorre, na maioria dos casos, por meio da modificação prévia dos elementos periféricos.

Do ponto de vista epistemológico, a abordagem estrutural marca a principal virada para a teoria das representações sociais. Por um lado, porque sustenta os

pesquisadores com uma estrutura conceitual para o estudo das representações estabilizadas em vez de representações em estágio de formação. Vistas desta perspectiva, as representações sociais não são mais simples “esferas de opiniões”, mas tornam-se esferas estruturadas. Neste sentido, o estudo de suas estruturas suplanta o do seu conteúdo. Por outro lado, a abordagem estrutural oferece uma estrutura para análise que nos permite identificar a interação entre o funcionamento do indivíduo e os contextos nos quais o indivíduo se desenvolve. Enfim, uma vez que a abordagem estrutural oferece conceitos formalizados, esta possibilita a formulação de hipóteses acerca da adaptação sociocognitiva dos atores sociais confrontados com as evoluções de seus ambientes. E estas hipóteses estão na origem do método experimental do estudo das representações sociais.

### *O modelo sociodinâmico*

Baseado no processo de ancoragem definido por Moscovici, Willem Doise (ver Clémence, 2001, para uma visão geral) propôs um modelo teórico que objetivava reconciliar a complexidade estrutural das representações sociais e suas inserções nos contextos ideológicos e sociais plurais.

De acordo com Doise, as representações só podem ser contempladas na dinâmica social que, por meio da comunicação, coloca os atores sociais em situações interativas. Esta dinâmica social, quando elaborada em torno de questões importantes, suscita tomadas de posição específicas, com relação à integração social dos indivíduos. Isto significa que as posições expressas a respeito de uma dada questão dependem fundamentalmente das pertencas sociais das pessoas, o que volta novamente ao processo de ancoragem de Moscovici. Mas Doise acrescenta que estas posições dependem também das situações nas quais são produzidas. Esta dupla origem da variação pode gerar uma multiplicidade aparente de tomada de posição apesar de surgirem de princípios organizacionais comuns. De fato, para Doise, todas as interações sociais têm

características simbólicas. Estas capacitam pessoas e grupos a se definirem em relação a outras. Portanto, contribuem na definição da identidade de todos. Este é o motivo pelo qual estas têm que ser organizadas de acordo com regras comuns entre membros de um grupo específico. Ao suprir “pontos de referência” compartilhados que servem como uma base para a tomada de posição de indivíduo e grupos, as representações constituem regras comuns. Assim, organizam os processos simbólicos que sustentam a interação social.

Em outras palavras, este modelo designa um duplo papel para representações. Estas são definidas, primeiramente, como princípios que geram tomada de posição. Mas, também são princípios para organizar diferenças individuais. Por um lado, proveem os indivíduos com pontos comuns de referência. Por outro lado, estes pontos de referência tornam-se questões em torno das quais as diferenças individuais se concentram. Se as representações permitem que o objeto de debate seja definido, estas também organizam este debate, indicando as perguntas a serem feitas.

Nesta concepção, não há, necessariamente, um consenso com relação às opiniões expressas pelos indivíduos. Não são os pontos de vista os quais são compartilhados, em vez disso são as questões que atraem pontos de vista conflitantes. Resumindo, a tomada de posição pode divergir mesmo quando refere-se a princípios comuns. Salientamos, enfim, que a teoria dos princípios organizacionais dá grande importância a relações intergrupais, ao tentar mostrar como diferentes pertencas sociais podem determinar a importância dada a princípios diferentes. Desta perspectiva, faz-se estudando a ancoragem das representações em realidades coletivas.

A abordagem sociodinâmica introduz uma nova maneira de pensar a questão do consenso na TRS. Para Moscovici, este consenso resulta do compartilhamento de certas crenças com um grupo dado. E este compartilhamento foi, em si, resultado do processo de comunicação. Doise considerava os consensos mais como pontos de

ancoragem para uma representação social. E as convergências e divergências entre estes pontos de ancoragem encontram sua origem na estruturação das relações sociais existentes entre grupos. Visto desta perspectiva, o estudo das representações sociais necessita fazer uso de abordagens múltiplas que irão iluminar as conexões entre elementos cognitivos e também entre indivíduos ou grupo e elementos cognitivos (ver Doise et al., 1992). Então, é uma questão de princípios estabelecidos da homologia entre as posições sociais dos indivíduos e suas tomadas de posição com o objetivo de revelar os princípios organizacionais das representações estudadas (ver Clémence, 2001; Lorenzi-Cioldi e Clémence, 2001; 2010; Spini, 2002).

### *A expansão da teoria*

Estas três orientações teóricas desenvolvidas por pesquisadores franceses e suíços constituíram, e ainda constituem, as bases sobre as quais se desenvolveriam, notavelmente, a partir dos anos 1980, um monte de estudos, primeiro, fora da Europa, sobretudo na América Latina.

Muito em breve e, principalmente, sob a influência de Robert Farr e Miles Hewstone, a TRS esteve em marcha no Reino Unido de onde apareceu, por exemplo, o trabalho de Gerard Duveen, centrado na conexão entre o indivíduo e o grupo dentro da estrutura dos processos de socialização microgenética; o de Sandra Jovchelovitch que propõe a visão das representações sociais como um espaço entre o indivíduo e os objetos ligados à sociedade, o sujeito e as atividades; o de Caroline Howarth, centrado nas ligações entre TRS e identidade social; ou ainda, novamente, o de Ivana Markova que está desenvolvendo ligações entre dialogicidade e representações sociais. Na Áustria, o trabalho de Wolfgang Wagner, em particular, demonstrou o papel entre as interações sociais e as trocas discursivas nos processos de construção das representações sociais. Na Itália, sob o impulso de Augusto Palmonari, e depois de Felice Carrugati, o trabalho de Anna Maria de Rosa levou ao estabelecimento e disseminação da TRS por

toda Europa. Do outro lado do Atlântico, foi sobretudo nos países da América Latina e América do Sul (particularmente, México, Brasil, Argentina e Venezuela) que a TRS encontrou, a partir dos anos 1990, uma base fértil para expansão. O impacto dos contextos sociais, históricos e culturais na formulação das questões científicas da América Latina teve muito a ver com este sucesso. Pesquisadores em psicologia social encontraram nela uma maneira criativa, reflexiva e crítica de pensar, adequada para lidar com mudança e crises políticas, econômicas e sociais. Eles participam ativamente hoje nos desenvolvimentos teóricos da TRS ao ligá-la, particularmente, com outras questões psicossociais tais como, por exemplo, memória social ou os processos de mudança social. Também devemos mencionar os estudos realizados em Portugal, Espanha e Romênia, e, mais recentemente, na Austrália, Ásia e África, mas um capítulo não nos dá espaço adequado para abordá-los.

Vamos assinalar, por outro lado, que neste quadro internacional, os Estados Unidos são um dos mais notáveis ausentes. Apesar do trabalho extraordinário de Gina Philogene e Serge Moscovici na tentativa de integrar a TRS aos estudos de psicologia social norte-americana, não se pode deixar de notar que a teoria não encontrou o verdadeiro chão para se desenvolver. As razões são muitas para isto, uma vez mais, novamente, não há espaço suficiente aqui para compor uma lista coerente e detalhada. A relativa negligência dos argumentos teóricos iniciais e a publicação quase exclusivamente em francês dos primeiros desenvolvimentos na TRS, estão, sem dúvida, entre as razões principais. Mas, há também razões mais profundas e metateóricas as quais, por demasiado, tornaram a TRS e a cognição social estranhas uma à outra.

Entre estas razões, que nos parece ser a que tem mais peso, relaciona-se com a diferença nos tipos de análise atribuídos à pesquisa realizada nos dois campos. Tradicionalmente, a cognição social está interessada, sobretudo, nos processos intraindividuais que sustentam as interações

sociais, ao passo que TRS está, historicamente, interessada nos fenômenos interindividuais (Kruglanski, 2001), que afetam a consciência do indivíduo. Construir pontes entre esses fossos, entre estes dois campos de estudo, sem dúvida, constitui uma das questões científicas mais fascinantes para os próximos anos na área da psicologia social. É também nesta direção que uma parte de nossos próprios trabalhos repousa.

## **NARRATIVA PESSOAL DO DESENVOLVIMENTO DA TEORIA**

Nosso envolvimento pessoal com pesquisa em representação social data de meados da década de 1980. Naquela altura, a teoria estava começando a se expandir rapidamente na França e na Europa, mas ainda era alvo de muitas críticas. A teoria foi censurada, sobretudo, por ser muito flexível em termos de conceitos e carente em termos de metodologia. Basicamente, quais novos aspectos que as representações sociais trouxeram para as noções de opinião e atitude, já ancoradas solidamente na psicologia social? Para responder a esta crítica, um time de pesquisadores da Universidade de Aix en Provence propôs dois argumentos. Para Jean Claude Abric e Claude Flament, que lideravam este time, as representações tiveram que ser concebidas como estruturas cognitivas. Não eram apenas esferas de opiniões, como antecipado por Moscovici, mas grupos bem e verdadeiramente estruturados dentro dos quais alguns elementos tinham um papel específico a desempenhar. Além do mais, mesmo que essa ideia não estivesse claramente formada ainda, Abric e Flament pensavam que, contrário às atitudes, essencialmente ligadas à *avaliação* dos objetos sociais, as representações se interessavam, antes de tudo, pelo *significado* daqueles mesmos objetos. Basicamente, a ideia era que a representação é que define o objeto da atitude.

Baseado nesses argumentos, foi necessário propor uma teoria que contabilizaria para ambas, a estrutura e a dinâmica da representação social. Esta

teoria já existia e foi proposta por Jean-Claude Abric em 1976. Ainda tinha que ser confirmada e demonstrada que permitia uma descrição melhor da estabilidade e da dinâmica das representações. Foi neste contexto que dois de nós se juntaram ao time de Aix en Provence como estudantes de doutorado. Em 1988, duas teses eram defendidas. A primeira mostrou que dentro das representações sociais certas crenças efetivamente desempenham um papel específico (Moliner, 1988). Estas crenças são "não negociáveis", são associadas a um objeto pelos indivíduos e são consideradas por eles como suas definições. A segunda tese mostrou que estas crenças também desempenham um papel na dinâmica das representações sociais, particularmente, quando os indivíduos adotam um novo comportamento que os contradiga ou torne comportamentos anteriores obsoletos (Guimelli, 1988). Poucos anos depois, uma terceira tese foi defendida, dessa vez na Universidade de Montpellier (Rateau, 1995). Neste trabalho, mostrou-se, experimentalmente, que as crenças não negociáveis que estruturam as representações são, elas próprias, hierárquicas. Estes trabalhos foram nossas primeiras contribuições à pesquisa em representação social e, independentemente de suas implicações teóricas, estes também conduziram à finalização de métodos específicos dedicados ao estudo das representações sociais (Guimelli e Rouquette, 1992; Moliner, 1994; Rouquette e Rateau, 1998). Assim, todos estes serviram para responder à crítica dos primeiros detratores da TRS.

Mas, perto do final dos anos 1990, novas críticas apareceram. Neste momento, pareceu que a pesquisa em representação social estava se fechando em si mesma, em total desconsideração a suas ligações óbvias com outra tendência em ascensão - a da cognição social. Para nós, esta crítica teve que ser levada em consideração, a qual é o motivo de voltarmos nossa pesquisa na direção da exploração sistemática das ligações entre representações sociais e certos processos sociocognitivos. Tudo começou com a pesquisa a respeito de

atitudes (Moliner e Tafani, 1997), seguida da categorização social, processos de atribuição e processos de comparação social (Rateau e Moliner, 2009). Este trabalho, na maioria experimental, mostra, hoje, que a barreira que algumas pessoas viam entre o campo da representação social e outras áreas da psicologia social era, provavelmente, apenas uma ilusão que o tempo está começando a apagar. Este é, de qualquer modo, nosso desejo mais caro pois só a construção de pontes entre esses fossos vai, ao final, permitir-nos entender completamente e explicar os problemas sociais para os quais a psicologia social tem a tarefa de responder. É também, em parte, neste papel que a TRS foi bem sucedida, como iremos, agora, fazer um ensaio e demonstrar.

## **A APLICABILIDADE DA TRS A QUESTÕES SOCIAIS**

Para convencer alguém da aplicabilidade da TRS, pode-se experimentar listar toda a pesquisa que a adotou. Neste caso, veria-se que inúmeras questões sociais foram abordadas deste ângulo, e em campos tão variados como saúde (por exemplo, Washer e Joffe, 2006), economia (por exemplo, Kirchler et al., 2003), marketing (por exemplo, Tafani et al., 2007), psicologia ambiental (por exemplo, Leone e Lesales, 2009) ou relações com tecnologia nova (por exemplo, Gal e Berente, 2008). Entretanto, independentemente do fato de que nós não somos capazes de fazer uma lista exaustiva de todos estes trabalhos neste capítulo, não é certo que tal lista permita ao leitor compreender o motivo da TRS ser usada em um conjunto de perguntas tão diverso. Do nosso ponto de vista, a resposta para esta pergunta depende de três pontos. A TRS é uma teoria versátil e adaptável, uma teoria psicossocial do senso comum e, finalmente, uma teoria que suscitou a elaboração de metodologias diversas.

### ***Uma teoria adaptável e flexível***

Como dissemos anteriormente, uma das críticas mais frequentes à TRS se relaciona à imprecisão demasiadamente grande de seus

conceitos (McKinlay e Potter, 1987; Potter e Litton, 1985). E é verdade que ao ler o livro original de Moscovici, a frouxidão aparente com a qual o autor apresenta os elementos de sua teoria pode ser surpreendente, começando com a própria definição que ele dá para a noção de representações sociais. Mas, paradoxalmente, é esta própria flexibilidade que atribui a ela seu âmbito geral. É importante lembrar aqui que, olhando a teoria mais a fundo, há um fenômeno proteico a respeito do qual Durkheim teve uma intuição, e que Moscovici (2001a:4) resumiu com as palavras: "[A] ideia de representações sociais ou coletivas está gravada numa visão societal na qual coerência e prática são dirigidas por crenças, conhecimentos, normas e linguagens que esta produz..." Como tal, é um fenômeno que se refere às lógicas tanto das relações sociais como àquelas da ação. E aqueles nos quais as regulações podem operar em níveis cognitivos diferentes, incluindo o da linguagem. Assim, entende-se o perigo de tentar estudar este tipo de fenômenos com base em conceitos que sejam muito estreitos. Nestas condições, é provavelmente por causa dos conceitos iniciais da TRS serem relativamente amplos que outras disciplinas, relativamente não relacionadas à psicologia, foram capazes de usá-los. Vamos considerar três exemplos.

O primeiro é fornecido pelo trabalho de historiadores que, querendo transcender uma historiografia de eventos e simplesmente factual, começaram a se interessar por formas de pensamento e crenças características de eras passadas. Assim, eles colocaram a noção de "mentalidade" no centro de suas preocupações. Pegando emprestado de Lévy-Bruhl (1922), esta noção aludia diretamente àquela de representações mentais, em relação a interações na esfera social. Mas é claro, hoje em dia, que o projeto de uma "história das mentalidades" se reduz a uma história das representações sociais.

O segundo exemplo que gostaríamos de mencionar brevemente refere-se à geografia. A partir da introdução à noção de mapa

mental (Downs and Stea, 1977; Gould and White, 1974) e, então, à ideia de uma certa subjetividade em relação ao espaço (Tuan, 1975) e, enfim, à premissa que recomenda interessar-se pelos processos mentais que contribuem para a percepção do espaço, mas que irão conduzir, especialmente, ao espaço dotado de significados e valores. Disto emerge uma "geografia das representações", que considera as representações como os determinantes finais da prática espacial (Lussaut, 2007).

Enfim, mencionamos o trabalho realizado em linguística e, mais precisamente, em didática da linguagem onde a necessidade de compreender os significados associados com a aprendizagem e a fala de uma dada linguagem foram observados. Esta preocupação se tornou central em situações de muitas línguas por causa dos problemas de identidade que podem causar. A noção de "representação linguística" apareceu (Dagenais and Jacquet, 2008), inspirada diretamente pela TRS e designando crenças relativas às línguas, seus usos e os grupos que a utilizam.

Estes exemplos sugerem que fora do campo da psicologia, quando pesquisadores perguntam a si próprios acerca dos determinantes cognitivos do comportamento, eles encontram na TRS uma estrutura conceitual que pode ser adaptada para lidar com suas questões. Mas isso só é possível, graças ao fato de que a teoria oferece uma grande latitude, o que é, do nosso ponto de vista, uma das razões do sucesso de sua aplicação nas ciências sociais.

### ***Uma teoria do conhecimento cotidiano***

Antes de ser uma teoria da crença ou da opinião, a TRS é, antes de tudo, uma teoria do "senso comum", uma vez que contabiliza a maneira pela qual o senso comum é formado, como é estruturado e como se liga às preocupações e à inserção social das pessoas que o utilizam. Desta perspectiva, a aplicação mais óbvia da TRS concerne à comunicação. De fato, muitos estudos mostram que diferentes grupos podem ter diferentes representações do mesmo objeto.

Realmente, quando estes grupos interagem, seja por razões comerciais (um fornecedor e seus clientes), razões educacionais (professores versus alunos) ou razões técnicas (times de trabalho), pode-se ter a expectativa de que diferentes representações serão uma fonte potencial de confusão entre grupos. Consequentemente, o estudo das diferentes representações existentes pode nos possibilitar tomar medidas adequadas na área da comunicação. Por exemplo, no estudo acerca da representação do sistema de segurança de computação de um hospital, Vaast (2007) observou diferenças entre médicos e enfermeiros. Para os médicos, o sistema de segurança significava principalmente acesso aos dados, enquanto para os enfermeiros significava a proteção do sigilo do paciente. Ele concluiu insistindo no fato de que as pessoas responsáveis pelo sistema têm que levar em conta estas diferenças em seu treinamento de pessoal.

Outra aplicação da TRS está inspirada pelas relações entre representações e comportamento. Na realidade, falando de modo generalizado, o senso comum é o que guia a maioria de nosso comportamento e interações cotidianos. “Nosso senso comum inclui muito *know-how*, maneiras pelas quais fazer amigos, ter sucesso na vida e evitar crises, comer bem etc. ... É com base neste conhecimento que as pessoas estão, na maioria, conscientes de sua situação ou tomam decisões importantes...” (Moscovici, 2001b: 11). Desta perspectiva, o estudo das representações sociais oferece-nos elementos para o entendimento das razões por trás das decisões e do comportamento. Por exemplo, em um estudo realizado com 1005 motoristas franceses, as representações de velocidade foram estudadas (Pianelli et al., 2007). Este estudo mostrou que diferentes representações coexistem. A primeira, a maior (44% da população), estava organizada em torno da noção única de “perigo”. Outra, a menor (12% da população), estava organizada em torno da noção exclusiva de “prazer”. Assim, supunha-se que estas duas representações determinavam diferentes práticas de direção ao volante. Para aqueles que pertenciam à

primeira representação, dirigir era visto como “cauteloso”, enquanto os outros viam como “hedonístico”. Esta hipótese ganha um primeiro elemento de validação quando se examina a ligação causal que os indivíduos fazem entre velocidade e a ocorrência de acidentes nas vias. Sessenta e quatro por cento dos motoristas “prudentes” pensavam que velocidade era a causa principal dos acidentes, contra apenas 24% dos “hedonistas”. Além disso, este estudo mostrou que havia menos membros do primeiro subgrupo que admitiram ter ultrapassado o limite de velocidade que os do segundo subgrupo (52 versus 76% nas vias e 47 versus 78% nas autoestradas). Havia também menos pessoas no primeiro subgrupo que foram multadas pela polícia por velocidade (9 versus 19%). Como em muitos outros estudos, a relação entre representações e comportamento foi claramente estabelecida. Esta relação nos conduz a ter a expectativa de que uma ação sobre a primeira terá um impacto sobre a segunda. Assim, um terceiro tipo de aplicação apareceu no horizonte, tentando modificar o comportamento das pessoas. De fato, muitos estudos (Mugny et al., 2000) mostram que procedimentos de influência podem provocar mudanças profundas dentro das representações sociais. Mas os poucos estudos que examinaram a durabilidade destas mudanças levaram a resultados decepcionantes.

Entretanto, recentemente, ao trabalhar sobre estes problemas, pesquisadores exploraram um novo caminho. Já não é mais a questão de modificar os conteúdos das representações sociais, mas de usar estes conteúdos para trazer os indivíduos a uma tomada de decisão. Por exemplo, Eyssartier et al. (2007) fizeram a si próprios a seguinte pergunta: como o estudo das representações acerca da doação de órgãos pode ser útil para convencer as pessoas a serem doadoras? Disto, eles identificaram quatro elementos centrais e quatro elementos periféricos desta representação. Então, eles elaboraram uma técnica “*foot-in-the door*” (pé na porta) (Freedman e Fraser, 1966), projetada para convencer as pessoas a assinar um cartão de doador de órgãos.

Deve-se recordar que o princípio *foot-in-the-door* consiste em perguntar pouco (ato preparatório) antes de perguntar muito (requisição final). Porém, sabe-se que a importância que os indivíduos dão ao ato preparatório é um fator de comprometimento crescente (Kiesler, 1971, veja também Burger, 1999). Portanto, os autores consideravam que um ato preparatório, referente a um elemento central da representação, era mais importante que um ato preparatório referente a um elemento periférico. Assim, eles elaboraram a hipótese de que os efeitos de comprometimento do comportamento serão mais efetivos no primeiro caso do que no segundo. Para testar esta hipótese, um investigador se apresentou como um voluntário para a “Instituição de Transplante Francesa”. Ele apenas se dirigia às pessoas que estavam sozinhas, caminhando no entorno do *hall* universitário, e pedia a elas para assinar uma petição (ato preparatório). Esta petição seria supostamente enviada ao Ministro da Saúde para ganhar ajuda financeira para uma campanha de comunicação a respeito de doação de órgãos. O título da petição continha tanto um *slogan* usando um elemento central da representação (por exemplo, “a doação de órgãos ajuda os outros”) como um elemento periférico da representação (por exemplo, “a doação de órgãos é um ato cívico”). Se o ato preparatório era aceito ou não, o investigador pedia à pessoa para assinar um cartão de doador de órgãos (requisição final). Oito condições experimentais foram estudadas (quatro “*slogans* centrais” e quatro “*slogans* periféricos”). Os resultados mostraram que quando o ato preparatório se referia a um elemento central da representação de doação de órgãos, havia significativamente mais participantes que assinavam um cartão de doador de órgãos (51%) do que quando um ato preparatório se referia a elementos periféricos (34%).

### ***Uma excelente diversidade metodológica***

Sem dúvida, a TRS provocou um diversidade notável de metodologias porque

pode ser aplicada a muitos problemas em vários contextos. Esta preocupação metodológica se torna palpável no final dos anos 1980, quando capítulos dedicados a questões metodológicas foram publicados em livros coletivos acerca de representações sociais. Mais tarde, desde o início dos anos 1990, livros inteiros foram dedicados a métodos de estudo das representações sociais.

Estes avanços metodológicos apresentados nestes livros se interessam, antes de tudo, por técnicas de coleta de conteúdo da representação social. Baseados em métodos psicossociais tradicionais (entrevista, grupos focais, investigações etc.), técnicas de associação verbal apareceram com o objetivo de minimizar a quantidade de interpretação a ser feita pelo pesquisador. Para fazer isto, estes métodos introduziram limites no processo associativo ao convidar os sujeitos a produzir somente um certo tipo de resposta (somente verbos, adjetivos ou definições). Além disso, eles convidaram as pessoas arguidas para avaliarem suas próprias contribuições. Por exemplo, usando a técnica do “Esquema Cognitivo Básico” (Guimelli, 1993, 1998), os participantes foram solicitados a dizer porque eles davam respostas particulares e quais indutores utilizavam para tal. Usando o Método de Rede Associativa (De Rosa e Kirchler, 2001), os participantes avaliaram sua produção associativa com ajuda de critérios diferentes fornecidos pelos entrevistadores (conotações positivas ou negativas, importância etc.).

Avanços metodológicos também podem ser encontrados em técnicas de questionário. Em contraste, mais uma vez, às abordagens mais tradicionais (questionários de opinião e atitude), autores criaram questionários que pediam às pessoas para descrever os objetos estudados de uma maneira padronizada. Já não se trata de medir as opiniões dos participantes em relação a um objeto de representação, mas sim destacar a maneira pela qual este objeto é descrito (ver, por exemplo, Moliner, 2002), e identificar os elementos estruturantes destas descrições.

Finalmente, o desenvolvimento de técnicas multivariadas, sua informatização e crescimento em acessibilidade dirigiu os pesquisadores para detalhar as especificidades de cada método, comparado com os postulados da TRS (ver Doise et al., 1992).

Geralmente, os pesquisadores, agora, têm uma ampla diversidade de métodos à sua disposição, o que os ajuda a enfrentar uma grande extensão de questões em um amplo conjunto de contextos.

## CONCLUSÃO

Como conclusão e introdução, nós gostaríamos de aprofundar pontos que já mencionamos de modo mais alusivo porque pensamos que eles constituem a base de um desenvolvimento importante na TRS, e mais generalizadamente, de nosso conhecimento do funcionamento psicossocial do indivíduo e do grupo.

O primeiro ponto refere-se a pontes teóricas que parece ser possível estabelecer entre os conceitos de atitudes e as representações sociais. Esta questão parece crucial e já foi objeto de discussão teórica prolongada (Billig, 1993; Farr, 1994; Howarth, 2006; Jaspas and Fraser, 1984; Scarbrough, 1990) na tentativa de entender e explicar as razões por trás da ignorância mútua que estes dois conceitos têm um do outro. O inventário dessas razões, que seria tão interessante, demoraria muito para ser listado aqui. Preferimos focar nas ligações hipotéticas que alguns autores desenvolveram.

Isto é particularmente verdade para Moliner e Tafani (1997) que consideravam que qualquer que seja a definição teórica a que se refere, a parte observável das atitudes sempre reside nas respostas afetivas, comportamentais e cognitivas que os indivíduos expressam acerca de um objeto. Contudo, para produzir esta resposta, os indivíduos precisam de informações acerca deste objeto. Esta ideia generalizada foi proposta também por Fishbein e Ajzen (1975), e Zanna e Rempel (1988), para quem as atitudes são o resultado dos atributos que as pessoas

associam a um objeto. Em outras palavras mais diretas: para expressar uma atitude na direção de um objeto, as pessoas têm que ter uma representação deste.

Esta posição também é defendida por Doise (1989), para quem as atitudes encontram sua origem num conhecimento mais geral do ambiente social que os indivíduos compartilham. Ao estudar esta questão experimentalmente, Moliner e Tafani (1997) chegaram à conclusão que as atitudes se referem, acima de tudo, à avaliação, enquanto as representações referem-se, acima de tudo, a significados. Mas para ser capaz de avaliar um objeto, os indivíduos têm, necessariamente, de ter um significado para ele. Em outras palavras, as atitudes são uma expressão avaliativa de uma representação compartilhada de um objeto.

Rouquette (1996, 2010) também defende esta ideia e, recentemente, propôs integrar os conceitos de opinião, atitude, representação social e ideologia em uma estrutura teórica global baseada em dois princípios gerais: a estabilidade aplicativa crescente e a generalidade de cada uma destas noções. Deste ponto de vista dual, Rouquette observa, por um lado, que as opiniões são mais voláteis que as atitudes (donde, por exemplo, a necessidade de fazer investigações repetidas de opinião para medir razoavelmente flutuações rápidas). Por outro lado, ele observa que as opiniões se referem a objetos particulares, grupo ou indivíduos, em circunstâncias que também são particulares, enquanto as atitudes, que são mais gerais, referem-se a categorias temáticas, envolvendo mais de um objeto. Por exemplo, uma opinião em um dado momento acerca de um político particular deriva da atitude em relação aos políticos em geral. Em outras palavras, as atitudes de um grupo em relação a um dado objeto constam como fonte definitiva de opiniões sustentadas a respeito deste objeto.

O mesmo raciocínio se aplica para o duo atitude/representação social. Afóra a variabilidade maior da primeira em relação à segunda, parece que são as representações sociais que proporcionam a base para uma atitude. Echebarria Echabe e Gonzalez



Castro (1993) mostraram, por exemplo, que as atitudes expressadas por indivíduos em relação a eleições estão intimamente entrelaçadas com suas representações de democracia em geral.

Mais adiante, Rouquette propõe considerar a ideologia como proporcionadora, por sua vez, da base para uma representação social ou um conjunto de representações sociais. Certamente, a ideologia precisa ser especificada por causa de seus múltiplos significados, seu escopo abrangente e sua fragilidade de operacionalização. Mas a ideologia pode ser concebida, não como um conjunto de conteúdos mais ou menos organizado que pode variar de uma sociedade para outra ou de um grupo para o seu adversário, mas como um repertório de processos gerais com qualidades fundamentais formalizáveis e categorias genéricas que se abrem à descrição diversificada. Essencialmente, considera-se que é feita de valores, normas crenças e *themata* (Moscovici e Vignaux, 2000). Esta estrutura, obviamente, necessita de mais desenvolvimento e formalização, mas, sem dúvida, é uma base promissora para pesquisa com o objetivo de promover um modelo de conexão entre convenções diferentes de expressão do funcionamento psicossocial.

O segundo ponto se refere às ligações que podem ser feitas entre a TRS e os processos tradicionalmente estudados no campo da cognição social, que são os estereótipos, a atribuição causal ou a comparação social. Novamente, estas duas abordagens permaneceram estranhas por um longo período. A questão principal, sem dúvida, nesta ignorância mútua, relaciona-se a percepções diferentes do "social". Os defensores da cognição social veem o conhecimento social usado pelos indivíduos, como sendo resultado de uma acumulação dos processos cognitivos do indivíduo. O conhecimento é, portanto, sobretudo, individual, embora compartilhado. Já para os determinismos "sociais", são mais que frequentemente limitado pelos "outros", assim, negligenciando totalmente leis, estruturas organizacionais, relações sociais ou a história do grupo. Com relação aos

defensores da representação social, por um longo período, considerou-se que os processos descritos pela cognição social eram altamente reducionistas, estudados com a ajuda de métodos que também pareciam ser simplistas e, por fim, totalmente incapazes de contabilizar para a historicidade e o impacto das representações na vida das sociedades e nas atitudes. Mas por querer muito contabilizar para este impacto, os estudos devotados às representações sociais frequentemente conduziram a uma compilação de abordagens qualitativas, com contornos metodológicos embaçados, não permitindo a restituição ou a definição dos processos cognitivos aplicados em seus funcionamentos.

Entretanto, pensamos que é óbvio considerar que uma ligação entre cognição social e representações sociais seja de dupla vertente. Por um lado, consideramos que os processos de cognição social intervêm massivamente na elaboração das representações sociais. Pode-se ter a expectativa de que o fruto desses processos (categorias, estereótipos, atribuições causais) sejam encontrados nos conteúdos e na estrutura das representações sociais. Em outras palavras, mesmo que as representações sejam construções coletivas, estas são ainda parcialmente construídas pelos indivíduos.

Ao mesmo tempo, alguém pode supor que os processos estudados no campo da cognição social são produzidos com base nas representações. Assim, pode-se ter a expectativa de observar modulações desses processos, dependendo das representações subjacentes. Para categorizar, julgar ou explicar algum ambiente imediato, os indivíduos pensam com o que podem contar, entre outras coisas, crenças coletivas. Esta ligação reflexiva é o que unifica as representações sociais e os processos emocionais, identitários, de atribuição, de influência social ou comparação social: as representações sociais explicam estes processos, bem como participam ativamente de seus modos próprios de operação. Esta ideia pode ser ilustrada por três exemplos.

Primeiro, na pesquisa clássica, julgamentos intergrupos e percepções são estudados por meio dos processos de categorização social e estereotipia. Mas, do ponto de vista da TRS, as representações intergrupos são definidas como representações sociais que giram em torno de grupos de pessoas (Lorenzi-Cioldi e Clémence, 2001). Entretanto, uma série de pesquisadores mostra que os elementos centrais de uma representação intergrupo são os mesmos que os elementos estereotípicos da categoria de pessoas com os quais se relacionam (Moliner e Vidal, 2003); que alguns entre estes elementos centrais desempenham um papel explanatório nos comportamentos dos membros do grupo em questão (Moliner e Gutermann, 2004); e que eles intervêm para justificar ou racionalizar relações intergrupos assimétricas (Moliner et al., 2009).

Segundo, no campo da pesquisa efetuado a respeito do processo de atribuição (Heider, 1958), o trabalho de Ross (1977) destacou a tendência dos indivíduos de preferirem fatores disposicionais (traços, aptidões, motivação etc.) para explicar o comportamento de um ator. Por outro lado, sabemos que em situações de autoapresentação, os indivíduos preferem este tipo de explicação a fim de dar uma boa imagem de si mesmo, da mesma forma que julgam mais favoravelmente as pessoas que preferem este tipo de explicação (Jellison e Green, 1981). Entretanto, em uma série de experimentos (Moliner, 2000), demonstrou-se que a expressão dessa preferência permanece dependente das representações que os indivíduos ativam em relação às situações sociais nas quais eles se expressam a si mesmo. Portanto, quando alguém sugere aos participantes que o processo de atribuição para o qual irão se submeter ocorre em uma situação social orientada afetivamente, observa-se o desaparecimento da preferência sistemática por explicações disposicionais, em favor do surgimento de um preconceito interesseiro (Zuckerman, 1979) ou um preconceito da imagem positiva da pessoa (Sears, 1983). Ao contrário, a preferência sistemática por

fatores disposicionais é mais marcada quando os sujeitos fazem atribuições em situações competitivas com um propósito prático. Assim, a maneira pela qual os sujeitos interpretam a situação em que se encontram, no momento quando estão fazendo as atribuições, determina a orientação do processo.

Terceiro e finalmente, no vasto campo da comparação social, vários trabalhos atestaram a existência de um fenômeno de assimetria na comparação do si mesmo com outros (ver Holyoak and Gordon, 1983; Mussweiler, 2001; Srull and Gaellick, 1983). O si mesmo e o outro são vistos como mais similares quando o outro é tomado como ponto de partida (efeito de assimilação) e o reverso, quando o si-mesmo é tomado como ponto de referência (efeito de contraste). Em uma série de estudos recentes (Chokier and Rateau, 2009; Rateau, enviado para apresentação), fomos capazes de demonstrar que este processo geral poderia ser alterado pelo tipo de opinião sobre a questão na comparação e, notavelmente, pela natureza central ou periférica do último na estrutura da representação do objeto envolvido (neste caso, a representação social dos estudos compartilhados por estudantes de psicologia).

Os participantes são solicitados a comparar-se com um par (tanto na ordem si-outro ou outro-si) que, dependendo do caso, é apresentado como defendendo uma opinião periférica, opinião contraperiférica, procentral ou contracentral em relação aos estudos. Com relação a uma opinião periférica, caracterizada por uma heterogeneidade intragrupo significativa, o aparecimento do processo "clássico" de comparação interindividual de si mesmo com o outro foi registrado; ou seja, um efeito de contraste no caso da comparação de ordem si mesmo-outro e um efeito de assimilação na ordem outro-si mesmo, apesar da valência da opinião defendida pela fonte. Este resultado ilustra perfeitamente a flexibilidade e as possibilidades para a modulação interindividual que, tradicionalmente, caracteriza os elementos periféricos das representações sociais.

Com relação a uma opinião central, os processos em jogo são muito diferentes. Seja qual for a ordem da comparação, observa-se que os indivíduos se diferenciam sistematicamente de um membro do grupo, que se desvia da opinião central e que eles se identificam com um membro que se amolda. Em outras palavras, o indivíduo busca aqui manter a coesão da representação a qualquer custo, ao estabelecer sistematicamente a opinião “certa” em relação à representação compartilhada do objeto pelo seu grupo. O processo de contraste/assimilação não depende aqui do significado da comparação, mas apenas da posição tomada, exposta pela fonte, conforme esta contradiga ou não a opinião central e assegure a homogeneidade e identidade social do grupo.

Este estudo sistemático da ligação entre representações sociais e processos sociocognitivos representa um desejo de unir e enriquecer mutuamente ambos os campos destas pesquisas. Novas hipóteses interessadas no funcionamento e funções das representações sociais, assim como os processos sociocognitivos, quando integrados aos processos representacionais, estão começando a aparecer. Vamos apostar que elas venham proporcionar a base para muitos estudos e que seu âmbito empírico e teórico sejam cruciais no desenvolvimento de nosso conhecimento a respeito do funcionamento psicossocial de indivíduos e grupos.

## RECONHECIMENTOS

Os autores gostariam de agradecer sinceramente a Adam Chesterman e Anne Greaves pela tradução deste capítulo [para o inglês].

## REFERÊNCIAS

- Abric, J.C. (1976) *Jeux, conflits et représentations sociales*. PhD thesis, Université de Provence, Aix-Marseille.
- Abric, J.C. (1993) Central system, peripheral system: their functions and roles in the dynamics of social representation. *Papers on Social Representations*, 2, 75–78.
- Abric, J.C. (2001) A structural approach to social representations. In K. Deaux and G. Philogène (eds), *Representations of the Social*, pp. 42–47. Oxford: Blackwell.
- Asch, S.E. (1946) Forming impressions of personality. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 41, 258–290.
- Billig, M. (1993) Studying the thinking society: Social representations and attitudes. In G.M. Breakwell and D. Canter (eds), *Empirical Approach to Social Representations*, pp. 39–62. New York: Clarendon Press.
- Breakwell, G.M. and Canter, D.V. (1979) *Empirical Approach to Social Representations*. Oxford: Clarendon Press.
- Burger, J.M. (1999) The foot-in-the-door compliance procedure: A multiple-process analysis and review. *Personality and Social Psychology Review*, 3, 303–325.
- Clémence, A. (2001) Social positioning and social representations. In K. Deaux and G. Philogène (eds), *Representations of the Social*, pp. 83–95. Oxford: Blackwell.
- Codol, J.P. (1970) Influence de la représentation d'autrui sur l'activité des membres d'un groupe expérimental. *L'Année Psychologique*, 70, 131–150.
- Cooper, J. and Croyle, R.T. (1984) Attitudes and attitude change. *Annual Review of Psychology*, 35, 395–426.
- Dagenais, D. and Jacquet, M. (2008) Theories of representation in French and English scholarship multilingualism. *International Journal of Multilingualism*, 5, 41–52.
- Deaux, K. and Philogène, G. (2001a) *Social Representations: Introductions and Explorations*. New York: Blackwell.
- Deaux, K. and Philogène, G. (2001b) *Representations of the Social*. Oxford: Blackwell.
- De Rosa, A.S. and Kirchler, E. (2001) Ambiguous images in advertising: An application of the Associative Network Method. In C. Roland-Lévy, E. Kirchler, E. Penz and C. Gray (eds), *Everyday Representations of the Economy*, pp. 49–66. Wien: WUV Universitätsverlag.
- Doise, W. (1989) Attitudes et représentations sociales. In D. Jodelet (ed.), *Les Représentations Sociales*, pp. 220–238. Paris: Presses Universitaires de France.

- Doise, W., Clémence, A. and Lorenzi-Cioldi, F. (1992) *Représentations Sociales et Analyse de Données*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble; J. Kaneko, tr. (1993) *The Quantitative Analysis of Social Representations*. Hemel-Hempstead: Harvester Wheatsheaf.
- Downs, R.M. and Stea, D. (1977) *Maps in Mind: Reflexions on Cognitive Mapping*. New York: Harper and Row.
- Durkheim, E. (1893) *La Division du Travail*. Paris: Presses Universitaires de France; G. Simpson, tr. (1947) *The Division of Labor in Society*. New York: The Free Press.
- Durkheim, E. (1895) *Les Règles de la Méthode Socio- logique*. Paris: Alcan. W.D. Halls, tr. (1982) *The Rules of Sociological Method*. New-York: The Free Press.
- Durkheim, E. (1898) Représentations individuelles et représentations collectives. *Revue de Métaphysique et de Morale*, 6, 273–302; D.F. Pollock, tr. (1953) Individual and Collective Representations. In E. Durkheim (ed.) *Sociology and Philosophy*, pp. 1–34. London: Cohen and West.
- Duveen, G. (2001) Representations, identities, resistance. In K. Deaux and G. Philogene (eds), *Representations of the social: Bridging theoretical tradition*, pp. 257–270. Oxford: Blackwell.
- Echebarria Echabe, A. and Gonzalez Castro, J.L. (1993) Social representation of power and democracy, attitudes towards elections and voting behaviour. *International Review of Social Psychology*, 6, 21–46.
- Eyssartier, C., Joule, R.V. and Guimelli, C. (2007) Effets comportementaux et cognitifs de l'engagement dans un acte préparatoire activant un élément central vs périphérique de la représentation du don d'organe. *Psychologie Française*, 52, 499–517.
- Farr, R.M. (1994) Attitudes, social representations and social attitudes. *Papers on Social Representations*, 3, 33–36.
- Farr, R. and Moscovici, S. (1984) *Social Representations*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Fishbein, M. and Ajzen, I. (1975) *Belief, Attitude, Intention, and Behavior: An Introduction to Theory and Research*. Boston: Addison-Wesley.
- Flament, C. (1971) Image des relations amicales dans les groupes hiérarchisés. *L'Année Psychologique*, 71, 117–125.
- Flament, C. (1989) Structure et dynamique des représentations sociales. In D. Jodelet (ed.), *Les Représentations Sociales*, pp. 204–219. Paris: Presses Universitaires de France.
- Freedman, J.L. and Fraser, S.C. (1966) Compliance without pressure: The foot-in-the-door techniques. *Journal of Personality and Social Psychology*, 4, 195–202.
- Freud, S. (1908) *On the Sexual Theories of Children*, Vol. 9. London: Standard Edition.
- Freud, S. (1922) *Some Points in a Comparative Study of Organic and Hysterical Crisis*, Vol. 1. London: Hogarth Press.
- Gal, U. and Berente, N. (2008) A social representation perspective on informational implementation: rethinking the concept of frames. *Information, Technology and People*, 21, 133–154.
- Gould, P. and White, R. (1974) *Mental Maps*. Harmondsworth: Penguin Books.
- Guimelli, C. (1988) Agression idéologique, pratiques nouvelles et transformation progressive d'une représentation sociale. PhD thesis, Université de Provence, Aix en Provence.
- Guimelli, C. (1993) Locating the central core of social representations: towards a method. *European Journal of Social Psychology*, 23, 555–559.
- Guimelli, C. (1998) Differentiation between the central core elements of social representations: normative vs. functional elements. *Swiss Journal of Psychology*, 57, 209–224.
- Guimelli, C. and Rouquette, M.L. (1992) Contribution du modèle associatif des Schèmes Cognitifs de Base à l'analyse structurale des représentations sociales. *Bulletin de Psychologie*, 405, 196–202.
- Heider, F. (1958) *The Psychology of Interpersonal Relations*. New York: Wiley.
- Holyoak, K.J. and Gordon, P.C. (1983) Social reference points. *Journal of Personality and Social Psychology*, 44, 881–887.
- Howarth, C. (2006) How social representations of attitudes have informed attitudes theories: the consensual and the reified. *Theory and Psychology*, 16, 691–714.
- Jaspar, J. and Fraser, C. (1984) Attitudes and social representations. In R.M. Farr, and S. Moscovici (eds), *Social Representations*, pp. 101–123. Cambridge: Cambridge University Press.
- Jellison, J. and Green, J. (1981) A self presentation approach to the fundamental attribution error: the norm of internality. *Journal of Personality and Social Psychology*, 40, 643–649.
- Jodelet, D. (1989) *Folie et Représentations Sociales*. Paris: Presses Universitaires de France; T. Pownall, tr. (1992) *Madness and Social Representations*. Berkeley: University of California Press.
- Kiesler, C.A. (1971) *The Psychology of Commitment. Experiments Linking Behavior to Belief*. New York: Academic Press.
- Kirchler, E., Maciejovsky, B. and Schneider, F. (2003) Everyday representations of tax avoidance, tax evasion, and tax flight: Do legal differences matter? *Journal of Economic Psychology*, 24, 535–553.

- Kronberger, N. and Wagner, W. (2000) Key words in context: statistical analysis of text features. In M.W. Bauer and G. Gaskell (eds), *Qualitative Researching with Text, Image and Sound. A Practical Handbook*, pp. 299–317. London: Sage.
- Kruglanski, A.W. (2001) Social cognition, social representations and the dilemmas of social theory construction. In K. Deaux, and G. Philogène (eds), *Representations of the Social*, pp. 242–248. Oxford: Blackwell.
- Leone, F. and Lesales, T. (2009) The interest of cartography for a better perception and management of volcanic risk: From scientific to social representations. *Journal of Volcanology and Geothermal Research*, 186, 186–194.
- Lévi-Strauss, C. (1962) *La pensée sauvage*. Paris: Plon; G. Weidenfeld and Nicolson, tr. (1966) *The Savage Mind*. Chicago: University of Chicago Press
- Lévy-Bruhl, L. (1922) *La mentalité primitive*. Paris: Alcan; L.A. Clare, tr. (1978) *Primitive Mentality*. New York: AMS Press.
- Linton, R. (1945) *The Cultural Background of Personality*. New York: D. Appleton-Century Co.
- Lorenzi-Cioldi, F. and Clémence, A. (2001) Group processes and the construction of social representations. In M.A. Hogg and S. Tindale (eds), *Handbook of Social Psychology: Group Processes*, pp. 311–333. Oxford: Blackwell.
- Lorenzi-Cioldi, F. and Clémence, A. (2010) Social representations. In J. Levine, and M. Hogg (eds), *Encyclopedia of Group processes and Intergroup Relations*. London: Sage.
- Lussaut, M. (2007) *L'homme spatial*. Construction sociale de l'espace humain. Paris: Seuil.
- Markova, I. (1997) Language and authenticity. *The Journal for the Theory of Social Behaviour*, 27, 265–275.
- Markova, I. (2003) *Dialogicality and Social Representations. The Dynamics of Mind*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Mauss, M. (1903) *Représentations collectives et diversité des civilisations*. Paris: Minuit (1974 edition).
- McKinlay, A. and Potter, J. (1987) Social representation: A conceptual critique. *Journal for The Theory of Social Behavior*, 17, 471–487.
- Moliner, P. (1988) La représentation sociale comme grille de lecture. PhD thesis, Université de Provence, Aix-en-Provence.
- Moliner, P. (1994) Les méthodes de repérage et d'identification du noyau des représentations sociales. In C. Guimelli (ed.), *Structures et Transformations des Représentations Sociales*, pp. 199–232. Neuchâtel: Delachaux et Niestlé.
- Moliner, P. (2000) De la norme d'internalité à la représentation des relations sociales. *Revue Internationale de Psychologie Sociale*, 2, 7–32.
- Moliner, P. (2002) Ambiguous scenario and attribute challenge techniques. Social Representations of 'The Firm' and 'The nurse'. *European Review of Applied Psychology*, 3, 273–280.
- Moliner, P. and Gutermann, M. (2004) Dynamique des descriptions et des explications dans une représentation sociale. *Papers On Social Representations*, 13, 1–12.
- Moliner, P., Lorenzi-Cioldi, F. and Vinet, E. (2009) Utilité sociale des représentations intergroupes de sexe. Domination masculine, contexte professionnel et discrimination positive. *Cahiers Internationaux de Psychologie Sociale*, 83, 25–44.
- Moliner, P. and Tafani, E. (1997) Attitudes and social representations: A theoretical and experimental approach. *European Journal of Social Psychology*, 27, 687–702.
- Moliner, P. and Vidal, J. (2003) Stéréotype de la catégorisation et noyau de la représentation. *Revue Internationale de Psychologie Sociale*, 1, 157–176.
- Moscovici, S. (1961). *La Psychanalyse: Son Image et son Public*. Paris: Presses Universitaires de France (1976 edition); D. Macey, tr. (2008) *Psychoanalysis. Its Image and its Public*. Cambridge: Polity Press.
- Moscovici, S. (1969) Préface. In C. Herzlich, *Santé et Maladie*, pp. 7–12. Paris: Mouton.
- Moscovici, S. (1981) On social representations. In J. Forgas (ed.), *Social Cognition: Perspectives on Everyday Understanding*, pp. 181–210. New York: Academic Press.
- Moscovici, S. (1982) The coming era of representations. In J.P. Codol and J.P. Leyens (eds), *Cognitive Approaches to Social Behavior*, pp. 115–150. The Hague: M. Nijhoff.
- Moscovici, S. (1984) The phenomenon of social representations representations. In R. Farr and S. Moscovici (eds), *Social Representations*, pp. 3–69. Cambridge: Cambridge University Press.
- Moscovici, S. (1988) Notes towards a description of social representations. *European Journal of Social Psychology*, 18(3), 211–250.
- Moscovici, S. (1989) Des représentations collectives aux représentations sociales. Éléments pour une histoire. In D. Jodelet (ed.), *Les Représentations Sociales*, pp. 62–86. Paris: Presses Universitaires de France.
- Moscovici, S. (2001a) *Social Representations: Explorations in Social Psychology*. Cambridge: Polity Press.
- Moscovici, S. (2001b) Why a theory of social representations? In K. Deaux, and G. Philogène (eds), *Representations of the Social*, pp. 8–36. Oxford: Blackwell.

- Moscovici, S. and Vignaux, G. (2000) The concept of themata. In S. Moscovici and G. Duveen (eds), *Social Representations. Explorations in Social Psychology*, pp. 156–183. Cambridge: Polity Press.
- Mugny, G. and Carugati, F. (1989) *Social Representations of Intelligence*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Mugny, G., Tafani, E., Falomir, J.M. and Layat, C. (2000) Source credibility, social comparison and social influence. *International Review of Social Psychology*, 13, 151–175.
- Mussweiler, T. (2001) Focus of comparison as a determinant of assimilation versus contrast in social comparison. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 27, 38–47.
- Piaget, J. (1932) *Le Jugement Moral Chez l'Enfant*. Paris: Presses Universitaires de France; M. Gabain, tr. (1965) *The Moral Judgment of the Child*. New York: The Free Press.
- Pianelli, C., Saad, F. and Abric, J.C. (2007) Social representations and acceptability of LAVIA (French ISA system). *Proceedings of the 14th World Congress and Exhibition on Intelligent Transport Systems and Services*, 8–12 October 2007, Pékin, Paper 4057.
- Potter, J. and Litton, I. (1985) Some problems underlying the theory of social representations. *British Journal of Social Psychology*, 24, 81–90.
- Rateau, P. (1995) Structure et fonctionnement du système central des représentations sociales. PhD thesis, Université de Montpellier 3, Montpellier.
- Rateau, P. and Moliner, P. (2009) *Représentations Sociales et Processus Sociocognitifs*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes.
- Rateau, P. (submitted) Assimilation and contrast to in-group prime: The moderating effect of central vs. peripheral elements of social representations. *International Review of Social Psychology*.
- Ross, L. (1977) The intuitive psychologist and his short-coming: Distortions in the attribution process. In L. Berkowitz (ed.), *Advances in Experimental Social Psychology*, 10, 173–220. New York: Academic Press.
- Rouquette, M.L. (1996) Représentations et idéologie. In J.C. Deschamps and J.L. Beauvois (eds), *Des Attitudes aux Attributions*, pp. 163–173. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- Rouquette, M.L. (2010) *La Pensée Sociale*. Toulouse: Erès.
- Rouquette, M.L. and Rateau, P. (1998) *Introduction à l'Étude des Représentations Sociales*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- Scarborough, E. (1990) Attitudes, social representations and ideology. In C. Fraser and G. Gaskell (eds), *The Social Psychological Study of Widespread Beliefs*, pp. 99–117. New York: Clarendon Press.
- Schank, R. and Abelson, R. (1977) *Scripts, Plans, Goals and Understanding: An Inquiry into Human Knowledge Structures*. Hillsdale: Erlbaum.
- Sears, D.O. (1983) The person-positive bias. *Journal of Personality and Social Psychology*, 44, 223–250.
- Simmel, G. (1908) *Soziologie*. Berlin: Duncker Humblot; S. Muller and L. Deroche-Gurcel, tr. French (1999) *Sociologie. Etudes sur les Formes de la Socialisation*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Smith, A. (1776) *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. London: Strahan & Cadell.
- Spini, D. (2002) Multidimensional scaling. A technique for the analysis of the common field of social representations. *European Review of Applied Psychology*, 52, 231–240.
- Srull, T.K. and Gaelick, L. (1983) General principles and individual differences in the self as a habitual reference point: An examination of self-other judgments of similarity. *Social Cognition*, 2, 108–121.
- Tafani, E., Haguel, V. and Menager, A. (2007) From corporate images to social representations: an application to the motor car industry. *Les Cahiers Internationaux de Psychologie Sociale*, 73, 27–46.
- Tuan, Y-F. (1975) Images and mental maps. *Annals of the Association of American Geographers*, 65, 205–212.
- Vaast, E. (2007) Danger is in the eye of the beholders: Social representations of information systems security in healthcare. *Journal of Strategic Information Systems*, 16, 130–152.
- Vergès, P. (1996) Bibliographie des représentations sociales. Third International Conference on Social Representations, Aix-en-Provence, September 27–30.
- Wagner, W. (1994) Fields of research and sociogenesis of social representations: a discussion of criteria and diagnostics. *Social Science Information*, 33, 199–228.
- Wagner, W., Duveen, G., Farr, R., Jovchelovitch, S., Lorenzi-Cioldi, F., Markovà, I. and Rose, D. (1999) Theory and method of social representations. *Asian Journal of Social Psychology*, 2, 95–125.
- Washer, P. and Joffe, H. (2006) The 'hospital superbug': Social representations of MRSA. *Social Science and Medicine*, 63, 2141–2152.
- Weber, M. (1921) *Economy and Society*. Berkeley, CA: University of California Press, 1978.
- Zanna, M. and Rempel, J. (1988) Attitudes: a new look at an old concept. In D. Bar-tal and A.W. Kruglanski (eds), *The Social Psychology of Knowledge*, pp. 315–334. New York: Cambridge University Press.
- Zuckerman, M. (1979) Attribution of success and failure revisited or: The motivational bias is alive and well in attribution theory. *Journal of Personality and Social Psychology*, 47, 245–287.